

Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação recebem baixa de hipoteca na Bahia

Presidente Assusete Magalhães participa da solenidade de entrega dos certificados na Seção Judiciária baiana

Gilbson Alencar

O TRF da 1ª Região e a Seção Judiciária da Bahia realizaram, no dia 5 de setembro, a entrega de 16 certificados de baixa de hipoteca de imóveis do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) homologados por meio do Projeto de Conciliação.

A solenidade aconteceu no Auditório Dias Trindade, localizado no edifício-sede da Seccional baiana, e contou com a presença da Presidente do TRF, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, do Diretor do Foro da SJ/BA, Juiz Federal Carlos D'Ávila Teixeira, do Coordenador do Projeto de Conciliação na 1ª Região, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, do Diretor Presidente da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Valter Correia da Silva, e do Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal (CEF), Aristóteles Alves de Menezes Júnior, além de outras autoridades, servidores e mutuários do SFH.

Em seu discurso, a Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, refletiu sobre a estrutura do Poder Judiciário, a qual, segundo a magistrada, está deficiente, devido à carência de recursos humanos e materiais. "Tal situação causa uma percepção crítica severa em relação ao Judiciário". De acordo com ela, para o bem da vida civilizada e para o bem do Estado Democrático de Direito, é importante e necessário que o Judiciário brasileiro recupere o tempo e o espaço



Autoridades à mesa no momento de execução do Hino Nacional

perdidos. "Com a implementação, em maio de 2006, do Projeto de Conciliação, o Tribunal está conseguindo dar vazão a um número expressivo de processos ligados ao SFH que estavam aguardando o julgamento de recursos; no início do ano passado foram identificados mais de 14 mil processos dessa natureza", informou a Presidente.

A Desembargadora ressaltou ainda que a solenidade realizada na Bahia demonstra que a Justiça Federal da 1ª Região está no caminho certo. "Entregamos aqui vários certificados de hipoteca, devido às audiências conciliatórias". A Presidente Assusete Magalhães finalizou seu discurso agradecendo a Emgea, a CEF, o

Coordenador do Projeto de Conciliação, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, o Diretor do Foro da seccional da Bahia e a todos os magistrados e servidores da SJ/BA que atuaram em prol das conciliações. "Tenho a convicção de que a convergência de tantos esforços e talentos redundou em benefícios que contribuem para a pacificação social".

O Diretor do Foro da SJ/BA homenageou o Coordenador do Projeto de Conciliação, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca. "Ele é um incansável batalhador pela conciliação na primeira região". Carlos D'Ávila finalizou seu discurso afirmando que as audiências conciliatórias revelam que o Judiciário, "apesar

de todas as críticas que vem recebendo, é, sim, um poder formado por pessoas conscientes da sua cidadania e preocupadas com sua missão social”.

Valter Correia da Silva, Presidente da Empresa Gestora de Ativos, afirmou que o Poder Judiciário tem tido muito empenho em acelerar a tramitação dos processos que envolvem os contratos do SFH. “Reconheço, em particular, a dedicação da Presidente do TRF, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e a diligência dos juízes federais Reynaldo Soares da Fonseca e Carlos D’Ávila”.

Na avaliação do Coordenador do Projeto, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, por meio da conciliação a Justiça Federal brasileira se reaproximou do “tecido social” e da “felicidade humana”. O magistrado lembrou que não há trabalho solitário, “a realização do Projeto de Conciliação só é possível porque existem juízes de boa-vontade”.

Solução de conflitos

Para o mutuário Francisco dos Passos Ouriques, que tinha um processo contra a CEF desde 1997, devido à “elevada” prestação que pagava pelo imóvel em que mora, a conciliação possibilitou a realização de um sonho: “quitar a casa”. Segundo ele, os procedimentos das audiências conciliatórias “são claros e simplificados”.

A situação do administrador de empresas Cláudio Antônio Silva também foi resolvida por meio da conciliação. “Meu imóvel vale aproximadamente R\$ 90 mil, e a prestação que eu pagava estava fora da realidade, cheguei a pagar R\$ 1,6 mil por mês, então entrei na Justiça Federal e consegui abaixar esse valor para R\$ 377, por meio de liminar, ou seja, não era uma solução definitiva”. Agora, o mutuário conseguiu ficar livre do contrato, pois quitou sua casa por R\$ 24 mil. “A proposta da Emgea era de R\$ 45 mil, mas foi verificado que eu não era inadimplente, então chegamos a esse acordo”, explicou Cláudio.



Presidente Assusete Magalhães entrega certificado à mutuário



Mutuária recebe baixa de hipoteca das mãos do Juiz Federal em auxílio à Presidência Reynaldo Soares



Baixa de hipoteca, motivo de felicidade